

<b>OBJETIVO</b>	Reunião do Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição e do Comitê Orçamentário do 1º Grau
<b>DATA</b>	07/04/2020 (17h às 19h)
<b>LOCAL</b>	Videoconferência
<b>COORDENAÇÃO DA REUNIÃO</b>	Fernanda Gomes Ferreira
<b>PROAD Nº</b>	5730/2014

<b>PRESENTES</b>	
<b>NOME</b>	<b>ÁREA</b>
Desembargadora do Trabalho Mirna Uliano Bertoldi	Magistrado indicado pelo Tribunal, na forma do inciso I, do art. 5º da Resolução CNJ n. 194/2014 e 283/2019
Juíza do Trabalho Titular Maria Aparecida Ferreira Jerônimo	Magistrado de primeiro grau escolhido pelo Tribunal a partir de lista de inscritos - 3ª VT Florianópolis
Juíza do Trabalho Substituta Janice Bastos	Magistrado de primeiro grau eleito por votação direta entre os seus pares, a partir de lista de inscritos - 1ª VT Criciúma
Juiz do Trabalho Titular Roberto Masami Nakajo	Magistrado indicado pelo Tribunal, na forma do inciso I, do art. 5º da Resolução CNJ n. 194/2014 e 283/2019 e da letra b do item 1 do Edital SEAP n. 03/2020
Fernando de Medeiros Marcon	Servidor indicado pelo Tribunal, na forma inciso I, do art. 5º da Resolução CNJ n. 194/2014 e 283/2019 - VT Palhoça
Renato Cabral	Servidor escolhido pelo Tribunal a partir de lista de inscritos aberta a todos os interessados, nos termos do inciso II, do art. 5º da Resolução CNJ n. 194/2014 e 283/2019 e letra c do item 1; item 7 do Edital SEAP n. 03/2020 - SEGECM São José
Carlos Alberto Crispim	Servidor eleito por votação direta entre os seus pares, a partir de lista de inscrição - 3ª VT Florianópolis
Marcelo Augusto Botelho	Servidor eleito por votação direta entre os seus pares, a partir de lista de inscrição - 1ª VT Rio do Sul
Dilcionir José Furlan	Diretor-Geral da Secretaria
Hamilton José Maestri	Secretário-Geral da Presidência
Alcino Ecker Júnior	Secretário da Corregedoria
Luiz Auro Beckhauser	Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas
Fernanda Gomes Ferreira	Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica
Juiz do Trabalho Titular José Carlos Kulzer	Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 12ª Região - AMATRA 12 - convidado
Adriana Maria Ramos	Representante do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina - SINTRAJUSC - convidada

Marco Antonio Bazéggio	Diretor do Serviço de Estatística e Pesquisa - Equipe de Apoio
Alécio José Riffel	Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças - Equipe de Apoio
Marcelo Borrini Moretto	Diretor do Serviço de Gestão de Processos - Equipe de Apoio
Ricardo Hideki Nonaka	Chefe da Seção de Pesquisa e Análise Estatística/Serviço de Estatística e Pesquisa - Equipe de Apoio
Fabio Peters Sabino	Chefe da Seção de Mapeamento e Modelagem de Processos/Serviço de Gestão de Processos - Equipe de Apoio
Jacson Alexandre Pereira	Chefe da Seção de Projeto Estratégicos/Serviço de Desenvolvimento Institucional - Equipe de Apoio

**ASSUNTOS TRATADOS / DELIBERAÇÕES**

A reunião teve como pauta:

1. Eleição do magistrado coordenador do Comitê
2. Definição do calendário de reuniões do Comitê
3. Pendências anteriores registradas em Ata para acompanhamento
  - 3.1. Grupo de trabalho criado pelo CSJT para padronização da estrutura organizacional e de pessoal da Justiça do Trabalho
  - 3.2. Demandas dos Oficiais de Justiça (PROAD 3880/2017)
  - 3.3. Reposição de aposentadorias - acompanhamento/notícias
4. Orçamento
5. Cenário [Resolução CNJ n. 219/2016](#) ([PROAD 4429/2016](#))
6. Análise da pertinência da atualização ou revogação da [Portaria PRESI nº 162/2017](#)
7. Ofício Circular n. 04/CN-CNJ/2019 ([PROAD 1635/2019](#))
8. Assuntos Gerais

### **Abertura**

A Desembargadora do Trabalho-Presidente, Maria de Lourdes Leiria abriu a primeira reunião do Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição e do Comitê Orçamentário do 1º Grau com os novos membros nos termos da Resolução CNJ n. 194/2014, 195/2014 e 283/2019.

A Desembargadora do Trabalho-Presidente cumprimentou e deu boas vindas aos presentes, destacando que o encontro por videoconferência sinaliza um momento de “reinvenção” da instituição, em razão da pandemia do COVID-19. Ressaltou a necessidade de se pensar em primeiro lugar na saúde de todos, mas também destacou a importância de ser dada continuidade nas atividades da Justiça do

Trabalho catarinense. Registrou, ainda, que reuniões por videoconferência são necessárias e viabilizam a continuidade das atividades.

Em seguida passou a palavra à Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica para prosseguir com a reunião.

**1. Eleição do magistrado coordenador do Comitê (Resolução CNJ n. 194/2014, art. 5º, § 1º)**

Inicialmente, o Presidente da AMATRA 12, José Carlos Kulzer, sugeriu a Juíza do Trabalho Titular Maria Aparecida Ferreira Jerônimo como Coordenadora do Comitê, após manifestações dos membros, **o Comitê deliberou, por aclamação, eleger a Juíza do Trabalho Titular Maria Aparecida Ferreira Jerônimo como Coordenadora.**

**2. Definição do calendário de reuniões do Comitê (Resolução CNJ n. 194/2014, art. 5º-A e parágrafos)**

Em atenção à Resolução CNJ n. 194/2014, art. 5º-A e seus parágrafos, após amplo debate, **o Comitê deliberou fixar o seguinte calendário de reuniões para o corrente ano: abril, junho, agosto e outubro.**

Em relação ao local de publicação do calendário, pautas e deliberações, **o Comitê deliberou, por se tratar de questões internas, que sejam publicados na página da intranet já existente, no endereço <https://intranet.trt12.jus.br/PPG/inicio>.**

**3. Pendências anteriores registradas em Ata para acompanhamento**

**3.1. Grupo de trabalho criado pelo CSJT para padronização da estrutura organizacional e de pessoal da Justiça do Trabalho**

Em atendimento ao despacho da Presidência, doc. 512, por meio do qual foi determinado que o Comitê proceda ao acompanhamento dos estudos empreendidos pelo grupo de trabalho criado pelo CSJT para a padronização da estrutura organizacional e de pessoal da Justiça do Trabalho. Foi dado conhecimento ao Comitê das notícias sobre os trabalhos realizados pelo CSJT e que os estudos ainda não foram finalizados.

Dr. Kulzer informou que tomou conhecimento do relatório preliminar e realizou um resumo. Sugeriu que esse resumo fosse encaminhado, pela SEGEST, aos demais membros do Comitê, para conhecimento.

**O Comitê deliberou por continuar acompanhando os estudos do Grupo de Trabalho do CSJT. Ficou definido o encaminhamento aos membros do Comitê, pela SEGEST, do resumo elaborado pelo Dr. Kulzer.**

### 3.2. Demandas dos Oficiais de Justiça (PROAD 3880/2017)

O Comitê passou a analisar as demandas pendentes dos Oficiais de Justiça, formalizadas no PROAD 3880/2017: Boletim Automatizado e Lotação Paradigma dos Oficiais de Justiça.

Sobre o Boletim Automatizado dos Oficiais de Justiça, **o Comitê deliberou por automatizar o boletim dos oficiais de justiça para agilizar, uniformizar e racionalizar os procedimentos. Deliberou, também, no sentido de manter o envio manual das informações referentes às diligências realizadas (positivas, negativas e total), pois os dados não podem ser extraídos do sistema PJe. Não obstante, os estudos sobre automatização das informações sobre as diligências devem prosseguir.**

No tocante à Lotação Paradigma, considerando a nova composição do Comitê, **foi deliberado que os membros devem tomar conhecimento dos estudos realizados. O tema deverá ser tratado em reunião específica, com participação dos Oficiais de Justiça envolvidos nos estudos e propostas.**

Sobre os Oficiais de Justiça, a magistrada Janice registrou preocupação com o alinhamento das práticas dos Oficiais em função do impacto da pandemia COVID-19 - Portaria Conjunta SEAP.GVP.SECOR n. 83/2020. Considerou ser a categoria que mais vai ser impactada após a regularização das atividades e que merece atenção especial. O Comitê debateu o tema e entendeu pertinente a preocupação, **decidindo pela criação de Projeto próprio, coordenado pela SECOR, com o intuito de mapear as melhores práticas e alinhar os procedimentos dos Oficiais.**

### 3.3. Reposição de aposentadorias - acompanhamento/notícias

Foi apresentado ao Comitê o atual cenário que envolve a reposição de aposentadorias, considerando a informação do CSJT de 27/01/2020. O Diretor da SGP registrou, em 31 de maio, 209 cargos vagos, sendo 205 decorrentes de aposentadorias e 4 de falecimentos. **Ficou deliberado que o SEAP deve informar aos membros do Comitê a situação envolvendo os cargos vagos de magistrados.**

## 4. Orçamento

Considerando a Portaria PRESI n. 125/2016, que confere ao Comitê as atribuições previstas no art. 5º da Resolução nº 195/2014 do CNJ, foi apresentado pelo Diretor-Geral da Secretaria o atual cenário orçamentário.

O Diretor-Geral relatou ser um ano bem crítico em relação ao orçamento, mas com a contribuição e participação de todos será possível realizar o controle dos gastos. Informou que algumas medidas que a Presidente parametrizou no início da gestão, terão como o resultado o primeiro e segundo grau, especialmente o primeiro grau. Com a entrega do prédio da Rio Branco haverá uma economia anual em torno de R\$ 6.000.000,00. Além disso, registrou que está sendo feita redução dos contratos, renegociação de todos os contratos de aluguel, vigilância e contratos continuados. O Diretor-Geral informou que a negociação de um

contrato continuado, finalizado na semana anterior à reunião, gerou economia anual em torno R\$ 127.000,00. Enfatizou os esforços para se chegar até o final do ano, gerenciando também a situação crítica que se vive.

Reforçou que acredita que vai ser possível realizar os projetos que foram colocados pela Administração, mas certamente há necessidade de melhorar o cenário do COVID-19 para finalizar as obras que foram reiniciadas e concluir as demais demandas traçadas até o final da gestão.

**5. Atribuição do Comitê - [Resolução CNJ n. 219/2016](#) ([PROAD 4429/2016](#))**

Foi destacada a atribuição do Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição, prevista na Resolução CNJ n. 219/2016, de auxiliar o Tribunal na implementação das medidas previstas na mencionada Resolução.

Foram relatadas algumas ações que exigiram reestruturações para permitir o repasse ao 1º grau de jurisdição, destacando que, embora o Tribunal ainda não tenha cumprido integralmente a resolução, não houve nenhuma ação em sentido contrário, ou seja, transferência de recursos do 1º grau para o 2º grau. Além disso, ficou registrado que o Tribunal repassou para o 1ª Grau montante orçamentário em função comissionada superior ao ajustado inicialmente com o Comitê.

**6. Análise da pertinência da atualização ou revogação da [Portaria PRESI nº 162/2017](#)**

Em atendimento ao despacho da Presidência, doc. 501 do PROAD 4429/2016, determinando ao Comitê a análise da pertinência da atualização ou revogação da Portaria PRESI nº 162/2017, **o Comitê deliberou por sugerir a revogação da Portaria PRESI nº 162/2017, em função do previsto no § 1º do art. 27 da Resolução CNJ 219/2016.**

**7. Ofício Circular n. 04/CN-CNJ/2019 ([PROAD 1635/2019](#))**

Foi dado conhecimento ao Comitê o teor do Ofício Circular n. 04/CN-CNJ/2019, que enfatizou que devem ser observados os termos do Provimento n. 64/2017 e da Recomendação n. 31/2018 da Corregedoria Nacional de Justiça.

**8. Assuntos Gerais**

Foi destacado que existe email para assuntos do Comitê. [priorizacao.1grau@trt12.jus.br](mailto:priorizacao.1grau@trt12.jus.br). Também ficou consignado que as reuniões serão organizadas mediante consulta prévia feita aos membros para definição de pauta.

**O Comitê deliberou pela criação de um grupo no aplicativo WhatsApp para os debates do Comitê e de um grupo/lista de contatos no Gmail com o e-mail dos membros do Comitê.**

O Comitê registrou a necessidade de se estimular reuniões entre magistrados, diretores de varas e outros membros da equipe de 1º Grau e não apenas reuniões por categoria. **A sugestão do Comitê de encontro misto deve ser encaminhada para Escola Judicial e Serviço de Educação Corporativa.**

Foi informado aos membros do Comitê o recebimento de convites para a Reunião de Análise Estratégica que acontecerá em abril, também por videoconferência.

### **Encerramento**

Não havendo mais manifestações e demandas do Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição e do Comitê Orçamentário do 1º Grau, a reunião foi encerrada pela Juíza Maria Aparecida Ferreira Jerônimo, Coordenadora.

<b>ENCAMINHAMENTOS SUGERIDOS</b>	
<b>TAREFA</b>	<b>RESPONSÁVEL (IS)</b>
Encaminhar aos membros do Comitê o resumo elaborado pelo Dr. Kulzer (item 3.1 da Ata).	SEGEST
Dar ciência aos membros do Comitê dos estudos realizados da Lotação Paradigma dos Oficiais de Justiça (item 3.2 da Ata).	SEGEST
Coordenar projeto com o intuito de mapear as melhores práticas e alinhar os procedimentos dos Oficiais de Justiça (item 3.2 da Ata).	SECOR
Prosseguir com os estudos sobre automatização das informações sobre as diligências dos Oficiais de Justiça (item 3.2 da Ata).	SEESTP
Informar aos membros do Comitê a situação envolvendo os cargos vagos de magistrados (item 3.3 da Ata).	SEAP
Sugerir a revogação da Portaria PRESI nº 162/2017, em função do previsto no § 1º do art. 27 da Resolução CNJ 219/2016 (item 6 da Ata).	SEGEST
Criar um grupo no aplicativo WhatsApp para os debates do Comitê e de um grupo/lista de contatos no Gmail com o e-mail dos membros do Comitê (item 8 da Ata).	SEGEST
Encaminhar sugestão de encontro misto para Escola Judicial e Serviço de Educação Corporativa (item 8 da Ata).	EJUD e SEDUC

<b>FECHAMENTO DA ATA</b>		
<b>DATA</b>	<b>NOME DO REDATOR</b>	<b>RAMAL</b>
13/04/2020	Fábio Peters Sabino	4401